

**ATA**

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram as Vereadoras Francisca Maria da Costa Abreu e Alexandra Parada Barbosa Gesta, por se encontrarem em representação do Município, respetivamente, em Vigo, num programa de rádio sobre Cultura Transfronteiriça abordando o tema Capital Europeia da Cultura 2012 e no IV Encontro Ibérico de Gestores do Património Mundial. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Por esta altura, os membros do Executivo Municipal associaram-se na expressão de sentidas condolências pelo falecimento do Dr. Miguel Portas, solicitando ao Presidente da Câmara o envio de missivas em nome dos membros do executivo ao Prof. Arq.º Nuno Portas, ao Ministro do Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, e ao líder do Bloco de Esquerda, Prof. Doutor Francisco Louçã dando conta da sua solidariedade e profundo pesar pela partida prematura de uma personalidade que honrou Portugal ao longo de uma vida de dedicação incansável à intervenção política, cívica e cultural, com a determinação, o empenho e o respeito democrático que lhe são amplamente reconhecidos. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Referiu a projeção do documentário de João Canijo denominado “Raul Brandão era um grande escritor...”, que aborda a memória coletiva e, de modo específico, as lembranças que a população de Nespereira, onde Raúl Brandão viveu mais de 30 anos, têm do escritor. Continuou, referindo que, na sua opinião, o documentário resultava um pouco violento, uma vez que a paisagem (Nespereira), do ponto de vista urbanístico, não era coerente com o texto de apoio que se ouvia na peça, para além de mostrar uma população que revelou um profundo desconhecimento da obra de Raul Brandão. **b)** – Pediu esclarecimentos sobre a realização das comemorações do 1.º de Maio no Largo João Franco, uma vez que a organização pretendia celebrar o Dia do Trabalhador no Largo do Toural. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Disse considerar relevante que fossem esclarecidas as declarações do Presidente da Câmara veiculadas na comunicação social, segundo as quais se iria registar um agravamento da conflitualidade entre os membros do executivo camarário com o aproximar do período de eleições autárquicas. Disse, a propósito, que havia uma enorme distância entre aquilo que é a divergência de opiniões e episódios de conflitualidade, mostrando-se disponível para um debate profícuo em relação às questões nas quais há divergência. Por último, fez uma declaração dizendo respeitar todos os membros do Órgão Executivo, em particular o Presidente da Câmara, dando nota objetiva de que não haverá qualquer aumento de conflitualidade com o aproximar das eleições autárquicas. **3 - Presidente da Câmara** - Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente ao documentário de João Canijo sobre Raul Brandão, disse que, embora não o tivesse ainda visionado, tinha já lido um comentário



escrito sobre esta peça, que deixava perceber uma apreciação negativa em determinados aspetos. Sobre a questão levantada no que respeita ao aspeto urbanístico de Nespereira, disse que tem sido feito o melhor do ponto de vista do planeamento, considerando, contudo, que o período de crescimento que se viveu poderá ter permitido algumas situações menos harmoniosas, acrescentando que hoje tudo estava mais sereno, aproveitando para lembrar os elogios que a revisão do Plano Diretor Municipal, em curso, tem merecido; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima e no que respeita à conflitualidade como arma em período próximo das eleições, disse que a imprensa fez uma interpretação das suas declarações que não corresponde àquilo que é o seu pensamento. Acrescentou que, da sua parte, não haverá maior conflitualidade, referindo que o importante é a orientação para o trabalho, com regras e posturas; **c)** – Sobre a manifestação do 1.º de Maio, disse que a obra de requalificação do Toural ainda não estava na alçada da Câmara, tendo que se aguardar cerca de um ano até à sua receção. Disse ter acordado com o Sindicato a localização da manifestação, explicando o que havia sucedido com o evento que ali se realizou na inauguração da CEC 2012, designadamente a reposição do piso, no dia seguinte, por parte de uma equipa da empresa adjudicatária. -----

#### -----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

#### **OBRAS PÚBLICAS – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL PARA CENTRO ESCOLAR – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –**

Presente, para aprovação, a minuta do contrato respeitante à Conclusão dos Trabalhos de Reversão da EB1 do Pinheiral para

Centro Escolar, adjudicada por deliberação de 12 de abril de 2012 a "Domingos da Silva Teixeira, SA", pelo valor de €994.954,45 para um prazo de 120 dias. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO - PROPOSTA DE DECISÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE DUAS LICENÇAS DE EXPLORAÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS**

– Presente, para aprovação, a ata do Júri constituído a fim de acompanhar, analisar e dar parecer sobre as propostas apresentadas ao concurso público para a atribuição de duas licenças de exploração de circuitos turísticos, propondo atribuir a CarrisTur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Lda. uma licença de exploração de circuitos turísticos em autocarro. A referida ata dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – VITÓRIA SPORT CLUBE – ISENÇÃO DE TAXAS**

– Presente a seguinte proposta: "O Vitória Sport Clube vem solicitar a isenção do pagamento da taxa no valor de €60.150,46, relativa à emissão do alvará de autorização de utilização do Estádio D. Afonso Henriques, taxa que lhe foi notificada recentemente pelos serviços municipais no âmbito do proc. n.º 5344/90. Alega para o efeito que o clube atravessa atualmente graves dificuldades financeiras que não permitem proceder a este pagamento e que a não obtenção do respetivo alvará de licença de utilização colocará em risco a participação do Vitória numa competição europeia, bem assim como no próprio campeonato nacional. Pese embora as dificuldades financeiras que as entidades públicas enfrentam, não pode a Autarquia deixar de assumir uma atitude recetiva a este pedido, em face da importância desportiva



e social da atividade desenvolvida pelo Vitória Sport Clube e das graves consequências, para o clube e para os seus adeptos, que uma possível exclusão das competições nacionais e europeias poderia acarretar para o conjunto da sua atividade desportiva. Ao mesmo tempo, procura-se assegurar, por esta via, que a continuidade da utilização do Estádio D. Afonso Henriques se faça em condições de observância estrita da legalidade. Por outro lado, é ainda de referir que a competência para a emissão desta licença de funcionamento apenas foi cometida às Câmaras Municipais a partir de 2009, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, sendo que até então era emitida pelo Instituto Nacional do Desporto. Assim, atendendo ao interesse público de que se reveste este equipamento de uso coletivo para a promoção do desporto, e considerando a fase delicada em que se encontra o Vitória Sport Clube, proponho, ao abrigo do disposto nº 2 do art.º12 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, diploma que aprovou a Lei das Finanças Locais, que a Câmara Municipal delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal a concessão de isenção ao Vitória Sport Clube do pagamento das taxas devidas pela emissão da autorização de utilização do Estádio D. Afonso Henriques, no valor de €60.150,46 (sessenta mil, cento e cinquenta euros e quarenta e seis cêntimos)". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães dando conhecimento que no passado dia 14 de abril deixou de ser associada da FEPODABES – Federação Portuguesa de Dadores de Sangue - na sequência da atitude silenciosa

daquele organismo face à retirada da isenção do pagamento de taxas moderadoras aos dadores de sangue. Aproveitou para realçar o excelente trabalho desenvolvido por esta associação atestado pelo reconhecimento que sempre lhe foi demonstrado por parte dos órgãos nacionais, deixando uma nota de agradecimento e incentivo aos dadores de sangue de Guimarães, que se constituem como uma das melhores instituições de sangue do país; **2** – Manifestou desagrado com a forma como foi conduzido o processo de instalação de cinco cantinas sociais em instituições de solidariedade social do concelho, lamentando que a Câmara Municipal não tivesse sido consultada, recordando que a Autarquia era parceira institucional numa das cantinas sociais, o Lar de Santo António. Disse considerar que a distribuição geográfica não era adequada uma vez que não abrangia zonas do concelho com graves carências sociais e económicas, referindo, como exemplos, Lordelo, Moreira de Cónegos, Gondar, S. Torcato e Taipas. A propósito, deu conhecimento da abrangência e da ação da Rede Social, que dispõe de um Relatório sobre as situações de fragilidade existentes no concelho, onde constam assinalados 2.995 vimaranenses que vivem sozinhos e 3.700 casais, com mais de 65 anos, que vivem, igualmente, isolados, considerando, assim, incompreensível que a Câmara não tivesse sido consultada para a instalação deste apoio social. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** - Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económica e financeira do período findo em 31 de Dezembro de 2011, da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., nos termos dos artigos 34º e



28º, alínea e), da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **2** - Do ofício da Cooperativa "A Oficina" remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2011, aprovado em reunião da Assembleia Geral de 27 de março de 2012, que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria de Expediente Geral; **3** - Do ofício da Cooperativa "Tempo Livre" remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2011, aprovado em reunião da Assembleia Geral de 29 de março de 2012; **4** - Da seguinte informação dos Serviços de Educação: **"Alteração do valor das verbas a transferir a entidades para encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário - Ano Civil de 2012 - Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar** - Como é do conhecimento superior foi presente a reunião de Câmara de 7 de dezembro de 2011, a transferência de verbas a entidades que asseguram os encargos com pessoal para o desenvolvimento das atividades de animação e apoio à família (almoço e prolongamento de horário) nos jardins-de-infância da rede pública, ao abrigo do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar. Considerando que: o valor mensal da comparticipação financeira da DREN é atribuído com base no número de crianças que efetivamente beneficiam de almoço e prolongamento de horário; no protocolo de colaboração celebrado com os Agrupamentos de Escolas e Entidades, para o ano letivo 2011/2012, está previsto no ponto 3 da Cláusula 5ª, que o montante das verbas a transferir seja trimestralmente objecto de acertos financeiros, em função do número de crianças que efetivamente frequenta aquelas atividades, propomos a atualização do valor das verbas atribuídas às Entidades, no

período de janeiro a março, conforme discriminado nos mapas em anexo. Mais se propõe que o assunto seja submetido a Reunião de Câmara, para conhecimento das respetivas alterações. Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; **5** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 11 de abril de 2012, que adjudicou a empreitada “**Acesso e estacionamento de apoio à escola EB2,3 de Abação**” ao concorrente “Cândido José Rodrigues, SA”, pelo preço de €335.453,00 + IVA, sendo o prazo de execução de 120 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2012. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira por não ter estado presente na reunião. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**FREGUESIAS – JUNTAS DE FREGUESIA – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, nomeadamente no seu Plano de Atividades para o ano de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectiva Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio. Deste modo, coube a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2012, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas, de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Propõe-se, assim, a aprovação dos protocolos a estabelecer com cada Junta de





Freguesia – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS e PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO NA EXECUÇÃO DE OBRAS NA FREGUESIA”, conforme minutas que se juntam em anexo, bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam”. As minutas e o mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**URBANISMO – COMPARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA RECRUA, DAS OBRAS LEVADAS A EFEITO NO PRÉDIO SITO NA RUA DA RAMADA, 14, 16, 18** – Presente a seguinte informação: “Em reunião de 12 de Junho de 2008, a Câmara Municipal aprovou, genericamente, o pagamento das comparticipações devidas pelo Município, no âmbito dos processos instruídos ao abrigo do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRUA), após aprovação da candidatura pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta proposta foi aprovada na sequência de dúvidas que se levantaram quanto à necessidade de, ainda que observados os dispositivos legais que aprovaram aquele Regime Especial, a transferência de verbas para os particulares carecer de deliberação camarária. Na sequência daquela deliberação genérica, e devido à imprevisibilidade do número de processos RECRUA aprovar anualmente, foi entendido submeter a aprovação da Câmara Municipal os processos individualmente. Assim, no âmbito do processo RECRUA nº. 55, a Sra. Maria Cacilda Pereira Martins, solicitou, na qualidade de proprietária do edifício sito na Rua da Ramada, 14, 16, 18, freguesia de S. Sebastião, a realização de obras naquele imóvel ao abrigo do referido Programa RECRUA. Esta candidatura mereceu aprovação por parte do Município, em

22 de Janeiro de 2010, e do IHRU, conforme ofício junto ao processo, de 7 de Janeiro de 2011, nas seguintes condições de comparticipação: -----

Custo total da obra	119.437, 62 € (c/ IVA a 6%)
Comparticipação total	105.187, 40 € (c/ IVA a 6%)
Comparticipação IHRU	63.112, 44 € (c/IVA a 6%)
Comparticipação CMG	42.074, 96 € (c/ IVA a 6%)

Em 14 de Março de 2012, a obra foi dada como concluída, tendo já sido apresentada, pelo empreiteiro, a factura relativa às obras realizadas. Sendo, agora, necessário proceder ao pagamento do valor que corresponde à comparticipação do Município, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto – Lei nº. 329-C/2000, de 22 de Dezembro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTÓCOLOS – ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO “ENERGY CITIES” A REALIZAR EM GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães é associado da Associação “ENERGY CITIES” por adesão votada em reunião da Câmara Municipal de 23 de Fevereiro de 2006 e em sessão da Assembleia Municipal de 28 de Abril do mesmo ano. Esta associação, que se dedica ao estudo e à apresentação de propostas sobre questões energéticas, tem a sua sede em França, e engloba Municípios de toda a União Europeia e de outros países europeus não integrantes da União Europeia. A ENERGY CITIES realiza anualmente um encontro – “ANNUAL RENDEZ-VOUS” – que, por deliberação do encontro realizado em 2011 em Zagreb (Croácia), decorrerá em Guimarães, neste corrente ano de 2012, de 9 a 12 de maio próximo. A escolha de Guimarães teve em consideração a realização do programa CEC 2012, no qual se integrará. Para a sua organização, proponho que seja celebrado



um protocolo com a Cooperativa A “Oficina” de forma a assegurar as melhores condições logísticas e nomeadamente a utilização do Centro Cultural Vila Flor, onde decorrerão os trabalhos. Nos termos deste protocolo (em anexo) proponho que seja atribuído, à Cooperativa A “Oficina”, o montante de €1.000,00 (mil euros), estando as restantes despesas a cargo da Câmara e orçadas em €4.000,00 (quatro mil euros), pelo que a totalidade dos encargos a assumir pelo Município serão de €5.000,00 (cinco mil euros). Considerando a importância deste encontro, a sua realização em Guimarães, em 2012, e a contribuição que dará para a internacionalização da cidade, proponho a aprovação da sua realização e a assunção dos encargos previstos”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – REVERSÃO DE PARCELA DE TERRENO – CREIXOMIL** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão do Património Municipal: “Mediante escritura pública outorgada no dia 6 de Agosto de 1992, foi cedida gratuitamente, à Junta de Freguesia de Creixomil, uma parcela de terreno com a área de 580 m<sup>2</sup>, sita no Lugar das Pocinhas, daquela freguesia, destinando-se à implantação de um Jardim de Infância; Porém, conforme transmitido pela Junta de Freguesia não foi possível a edificação do Jardim de Infância, uma vez que, ao nível técnico, não estavam reunidas as condições impostas por Lei, nomeadamente no que diz respeito à implantação daquele equipamento, concluindo-se pela sua inviabilidade. Assim, aquela autarquia pretende que o terreno em causa reverta a favor do Município, devido à impossibilidade de se cumprir a finalidade prevista na escritura de doação, tendo obtido aprovação pela

Assembleia de Freguesia em dez de maio de 2011. De acordo com informação prestada pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico, verifica-se que, de facto, a edificação de um Jardim de Infância no terreno em causa se afigura complexa e bastante condicionada, não observando pois as melhores condições topográficas e infraestruturais para o efeito. A parcela de terreno com a área de 580 m<sup>2</sup> encontra-se registada, a favor da Junta de Freguesia de Creixomil, na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 31 daquela freguesia e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 2082, tendo o valor patrimonial de €21.888,25. Nos termos do artigo 961º do Código Civil, os bens doados que, pela cláusula de reversão, regressem ao património do doador, passam livres dos encargos que lhes tenham sido impostos enquanto estiveram em poder do donatário ou de terceiros a quem tenham sido transmitidos. Perante o exposto, e em caso de concordância superior, entendo que deverá ser submetida a deliberação de Câmara a reversão da doação da parcela de terreno acima identificada, a favor do Município, para posterior atualização do registo predial e matricial". Os documentos prediais e as plantas de localização dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – HABITAÇÃO NO BAIRRO LEÃO XIII – RUA Nª Sª DE FÁTIMA, Nº 13, FREGUESIA DE OLIVEIRA – TRANSFERÊNCIA PARA A CASFIG, EEM** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Por escritura outorgada em 17 de abril de 2002 no Notariado Privativo desta Câmara Municipal, foi alienado a Felismina Alves Bastos o direito de superfície do prédio sito no Bairro Leão XIII, Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 13, da freguesia de Oliveira do Castelo, ao



abrigo do disposto no nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 310/88, de 5 de setembro. Em 2008, na sequência de uma exposição de um munícipe, veio a apurar-se que a D. Felismina Alves Bastos, não obstante ser titular do contrato de arrendamento do identificado prédio à data da referida escritura, não o habitava há mais de 20 anos, sendo que quem ali residiu durante todo o lapso de tempo até 2001, ano em que faleceu, foi o seu ex-marido. Assim, o Município intentou contra os herdeiros da D. Felismina Bastos uma ação administrativa comum com processo ordinário, para declaração de nulidade da constituição do referido direito de superfície, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga sob o processo nº 600/09.3BEBRG. Por transação homologada por sentença judicial de 22 de novembro de 2011, foi reconhecida e aceite pelas partes a nulidade da escritura de constituição do direito de superfície celebrada em 17 de abril de 2002, pelo que o Município ficou detentor da propriedade plena do identificado prédio, tendo pago aos réus a importância de €8.739,63, correspondente ao valor recebido pela transmissão do direito de superfície, aos emolumentos notariais e ao registo predial. Considerando que o parque habitacional da Autarquia é administrado pela CASFIG, EEM, coloca-se à consideração superior a delegação da gestão do imóvel em questão naquela empresa, sendo que, em caso de aceitação, o assunto deverá ser submetido à Câmara para aprovação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONCURSO PÚBLICO – PROC. N.º 100/624 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RUA DE CAMÕES – IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA (RECURSO HIERÁRQUICO)**  
– Presente uma informação do Júri do Concurso Público em

epígrafe que, em face da impugnação administrativa apresentada por "CREAR – Criação e Estudos de Arquitetura e Engenharia, Lda.", propõe que não seja dada procedência à referida impugnação administrativa, conforme documentos em anexo. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AVALIAÇÃO GERAL DOS PRÉDIOS** – Presente a seguinte informação da

Chefe de Divisão de Património Municipal: "**1. Objeto:** Celebração de dois contratos de prestação de serviços para avaliação geral dos prédios urbanos sitos no concelho de Guimarães, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conforme os artigos 5.º e 6.º da Lei nº. 60-A/2011, de 30 de novembro, que aditou os artigos 15.º-A a 15.º-P ao Decreto - Lei nº. 287/2003, de 12 de Novembro. **2. Considerando que:** A avaliação geral incide sobre os prédios urbanos que em 1 de dezembro de 2011, não tenham sido avaliados nos termos do CIMI e em relação aos quais não tenha sido iniciado procedimento de avaliação, nos termos do mesmo Código; Esta avaliação geral visa corrigir distorções e desigualdades entre contribuintes no pagamento do IMI relativo ao seu património imobiliário urbano; É da competência das Câmaras Municipais colaborarem ativamente na avaliação geral, fornecendo aos serviços de finanças as plantas de arquitetura e outros elementos informativos necessários ao procedimento de avaliação; Estima-se que o número de prédios a



avaliar no concelho de Guimarães sejam cerca de 50.000; A especificidade da tarefa a realizar implica necessariamente um conhecimento alargado sobre a matéria e ferramentas de trabalho; Desde o início do ano em curso, esta Divisão de Património tinha afeto a este trabalho duas técnicas, de nome Maria João Melo e Vânia Fernandes, que se encontravam a exercer funções na autarquia ao abrigo do Contrato de Emprego e Inserção e do PEPAL (Programa de Estágios Profissionais na Administração Local), respetivamente; As referidas técnicas tiveram formação interna quanto aos procedimentos necessários para o cumprimento da avaliação geral dos prédios urbanos; As técnicas executaram com celeridade e exatidão todas as funções relativas ao processo de avaliação, orientando com elevada competência todo o processo e estabelecendo uma boa articulação com os serviços municipais e os serviços de finanças; A técnica Maria João Melo terminou o Contrato de Emprego e Inserção no passado mês de Março; No próximo mês de Maio termina o PEPAL, ao abrigo do qual se encontra vinculada a trabalhadora Vânia Fernandes; Com a ausência destas duas técnicas, o processo de avaliação geral dos prédios urbanos poderá comprometer a conclusão do trabalho; A constituição da Equipa de Projeto, que está em curso, não será suficiente para o desempenho das funções necessárias; O aproveitamento da experiência e conhecimentos já adquiridos pelas técnicas possibilita rentabilizar o trabalho a realizar; As técnicas aqui mencionadas reúnem as condições técnicas e logísticas necessárias à execução do trabalho em causa; É urgente a realização do trabalho em função dos prazos estabelecidos, ou seja até 31 de Dezembro de 2012. Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de

emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços com dois técnicos, com término em **31 de Dezembro de 2012**, destinando-se à execução do trabalho inerente à avaliação geral dos prédios urbanos, do concelho de Guimarães, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme os artigos 5.º e 6.º da Lei nº. 60-A/2011, de 30 de novembro, que aditou os artigos 15.º-A a 15.º-P ao Decreto - Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro; b) O valor a pagar mensalmente a cada técnico corresponderá ao montante de €1.201,48, equivalente à 2ª posição remuneratória da categoria de técnico superior, isento de Iva nos termos do n.º 1), do artigo 53º do Código do IVA, pelo que a despesa anual total importa em **€19.223,68**; c) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento n.º 2535/2012; d) O procedimento de formação do contrato deverá ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, contratando-se as técnicas **Vânia Patrícia Costa Fernandes e Maria João Carvalho Fernandes de Melo**, licenciadas em Administração Pública e Contabilidade, respetivamente, atendendo à formação, conhecimento e experiência profissional e académica na matéria em causa; Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em





economia comum; Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória nos termos da alínea a), do artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Na hipótese de prolongamento do prazo para a conclusão da avaliação geral, a ser determinado por imposição legal, deverá ser, desde já, deliberada a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços com as indicadas técnicas, por período igual ao período que, eventualmente, vier a ser alargado". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE CONSULTADORIA JURÍDICA – PROCESSO DE EXTINÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – SOCIEDADE "MUVIPAR SA"**

**– RATIFICAÇÃO** – Presente a seguinte informação: "**1. Objeto:** Prestação de serviços de consultadoria jurídica no processo de extinção da parceria público-privada, e respetiva dissolução e liquidação da sociedade de natureza comercial, designada de "MUVIPAR, SA", traduzida num acompanhamento realizado pelo Prof. Dr. António Miguel Ferro Catela Teixeira desde Junho de 2009, nomeadamente o acompanhamento, com várias deslocações e aconselhamento jurídico nas várias fases do processo, quer por contacto telefónico, quer via e-mail, quer por emissão de pareceres jurídicos, quer pela elaboração de minutas de documentação a subscrever pela Câmara Municipal de Guimarães e troca de correspondência com os parceiros privados, quer pela elaboração de documentos que serviram de base, orientação e suporte à conclusão do processo de extinção, propondo e sustentando as posições negociais apresentadas e mantidas pela Câmara Municipal de Guimarães, durante esse período de tempo, sempre em contacto com os juristas que foram

representando os parceiros privados ao longo das negociações, permitindo a esta Câmara Municipal, ao longo da evolução do processo, alcançar um resultado muito satisfatório por força da sua intervenção processual. **2. Considerando:** Que por deliberação tomada no órgão executivo municipal em 26 de Junho de 2008, confirmada em sessão da Assembleia Municipal de 28 de Julho de 2008, decidiu o Município de Guimarães constituir, com parceiros privados, uma sociedade de natureza comercial que viria a ter a designação de MUVIPAR, SA, integrando o que normalmente se designa por parceria público-privada; Que a criação desta estrutura teve por objetivo a construção de equipamentos municipais num contexto diferente do atual e com pressupostos que, no desenrolar da vida societária, viriam a revelar-se não inteiramente coincidentes, quando abordados do ponto de vista do Município ou dos parceiros privados. Que esta divergência e aquela evolução desfavorável do contexto tornaram, aos olhos de todos os sócios, público e privados, aconselhável e oportuna a liquidação e a dissolução da sociedade; Que tal deliberação de liquidação e dissolução da sociedade foi tomada em Assembleia Geral de acionistas de 30 de Novembro de 2011, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 7 de Dezembro de 2011; Que a realização deste trabalho de acompanhamento e aconselhamento jurídico implicou várias diligências, negociações, emissão de pareceres jurídicos e elaboração de vários documentos, tendo-se concluído com a formalização do Acordo de Extinção, aprovado em reunião do órgão executivo, em 7 de Dezembro de 2011; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Que, após consulta, o prestador de serviços manifestou



disponibilidade em prestar o serviço pelo valor total de €5.000,00 (cinco mil euros), mais IVA, sobre a qual recairá a redução remuneratória prevista art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal ratifique a celebração do contrato de prestação de serviços celebrado com o Prof. Dr. António Miguel Ferro Catela Teixeira, considerando os seguintes elementos: O objeto do contrato é a prestação de serviços de consultadoria jurídica no processo de extinção da parceria público-privada, e respetiva dissolução e liquidação da sociedade de natureza comercial designada de "MUVIPAR, SA", desde Junho de 2009, nomeadamente acompanhamento, deslocações e aconselhamento jurídico nas várias fases do processo, por contacto telefónico, via e-mail, emissão de pareceres jurídicos, elaboração de minutas de documentação a subscrever pela Câmara Municipal de Guimarães e troca de correspondência com os parceiros privados, elaboração de documentos que serviram de base, orientação e suporte à conclusão do processo de extinção; a) A despesa é de €5.000,00 (cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro; b) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2495/2012; c) O procedimento de formação do contrato ocorreu mediante ajuste direto, por se verificar ser o procedimento correto, nos termos do nº 1 do art.20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do

respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; e) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, uma vez que o valor do contrato é de €5.000,00 (cinco mil euros), será aplicada uma taxa de redução de 10,00%, sendo agora de €4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros)”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de 27.10.2011 veio a reunião de Câmara uma proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade, para a celebração de uma relação de avença para prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranense GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. Sociedade de advogados que aliás vem mantendo o acompanhamento dos assuntos jurídicos do Município, já de há vários anos a esta parte. Os vereadores do PSD têm votado sucessivamente contra pagamentos de serviços pontuais prestados por outros advogados e/ou sociedades de advogados conquanto o contrato de avença em vigor cubra o âmbito de representação assegurado por esse serviço pontual. Ora, neste ponto, é-nos sugerida a contratação pontual de um ilustre causídico para “*consultadoria jurídica no processo de extinção da parceria público-privada, e respetiva dissolução e liquidação da sociedade de natureza comercial, designada de MUVIPAR, S.A., traduzida num acompanhamento realizado desde Junho de 2009*”. Contrariamente àquilo que foi dito pelo vereador César Machado, em plena discussão do ponto, que acusou os vereadores do PSD de *não quererem ver o que consta no texto*, nada, sublinha-se,



absolutamente nada é dito no texto que fundamenta a presente proposta de deliberação quanto à existência de qualquer impossibilidade por parte da sociedade de advogados com a qual tem o Município de Guimarães um contrato de acompanhamento jurídico, ou sequer acerca das eventuais razões de natureza excecional que pudessem justificar ou ter justificado esta contratação fora do âmbito da relação de avença instituída. Se atentarmos no texto da deliberação aprovado em 27.10.2011 verifica-se que o contrato com a sociedade avençada *"corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da actividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: ii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública (empreitadas e aquisição de bens e serviços); iii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado."* Isto é, tendo o Município um contrato de avença com uma sociedade de advogados, que cobre todas as áreas do direito, designadamente o direito administrativo e registos e notariado, e não sendo apresentada sequer qualquer justificação para que não seja essa sociedade, já com contrato com o Município, a assumir a condução do processo (sempre salvaguardando o devido respeito pelo causídico em causa), em coerência com o vimos defendemos até aqui, em defesa do que entendemos ser a proteção do erário público que já despende mensalmente uma quantia para assegurar estes serviços, e deixando um lamento pela infeliz "tirada" do vereador César Machado, não vislumbramos nem nos é apresentada justificação para esta contratação pontual, fora do âmbito da referida avença, pelo que votamos **contra**". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da ratificação da celebração do contrato de prestação de serviços de consultoria jurídica com o Dr. Miguel Catela no processo de extinção da parceria público-privada e dissolução da sociedade “MUVIPAR”, por considerarmos que, embora a conclusão do processo tenha sido alcançada por consenso entre os diferentes parceiros da sociedade, a obtenção do referido consenso exigiu longas e difíceis negociações que determinaram a profunda alteração da posição inicialmente tomada pelos parceiros privados, anunciando a exigência de elevadas indenizações, negociações essas decorrentes de um trabalho de diálogo muito intenso, durante mais de dois anos, entre Junho de 2009 e Novembro de 2011, com estudo e apresentação de argumentos e posições jurídicas em debate com vários advogados que representaram os parceiros privados, formulação de documentos vários e de diversa natureza, argumentos sustentados numa especialização jurídica particular dada a matéria em causa – a questão complexa das parcerias público-privadas -, que naturalmente obrigou a um contrato com um técnico jurista profundamente conhecedor de tal matéria e como tal reconhecido. A especificação da matéria em causa, muito específica, e a dimensão do trabalho e inúmeras diligências a desenvolver e efetivamente desenvolvidas, justificaram amplamente o recurso à figura da contratação do Dr. Miguel Catela”. -----

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE S. TORCATO** – Presente a seguinte informação: “Por deliberação camarária de 13 de Outubro de 2011, e sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 16 de Dezembro de 2011,



foi implementado um único sentido de trânsito às Ruas do Assento e 24 de Junho, freguesia de S. Torcato. Contudo, decorrente da sua implementação e da beneficiação das instalações da Associação Centro Recreativo, Cultural e Artístico daquela freguesia, verifica-se a necessidade de permitir o acesso às mesmas a partir da Rua das Bouças. Assim, submete-se à apreciação Camarária a alteração da postura de trânsito na Rua 24 de Junho, por forma a que o tramo de um único sentido, Sul – Norte, cesse no entroncamento com o acesso às instalações da Associação Centro Recreativo, Cultural e Artístico, sendo contudo prioritária sobre o mesmo”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO – CONCLUSÕES DA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE FATURAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR ORGANIZADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO DO 2º E 3º CICLOS - ANO LETIVO 2011/2012 - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, no corrente ano civil, os serviços da Divisão de Educação consideraram ser necessário promover um trabalho de verificação da atribuição de transporte escolar aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico dos estabelecimentos de ensino que têm este processo sob a sua responsabilidade, dado que se tem vindo a verificar que os custos com os transportes escolares não têm acompanhado a tendência de diminuição do número de alunos. Da análise à faturação referente a janeiro de 2012, respeitante às EB2,3 das Taipas, Arqueólogo Mário Cardoso, Briteiros, Virgínia Moura, Abel Salazar, Fernando Távora, Vale de S. Torcato, Santos Simões e Pavidém, que se encontram na

situação anteriormente descrita, e, de acordo com o quadro em anexo, verificou-se que: 1. 62 alunos matriculados nas EB2,3 das Taipas, Arqueólogo Mário Cardoso, Briteiros, Santos Simões e Pevidém estão a beneficiar de transporte escolar, embora residam a menos de 3Km dos estabelecimentos de ensino de frequência; 2. 158 alunos beneficiam de transporte escolar, apesar de residirem em freguesias que não integram a área pedagógica dos estabelecimentos de ensino que frequentam. Destes: 73 alunos estão matriculados na EB2,3 das Taipas e deslocam-se de freguesias pertencentes, maioritariamente, às áreas pedagógicas dos agrupamentos de escolas de Briteiros e Arqueólogo Mário Cardoso; 21 alunos estão matriculados na EB2,3 de Virgínia Moura e deslocam-se de freguesias que pertencem, maioritariamente, à área pedagógica do agrupamento de escolas Gil Vicente; 19 alunos estão matriculados na EB2,3/S Santos Simões e deslocam-se de freguesias que pertencem, maioritariamente, à área pedagógica do agrupamento de escolas do Vale de S. Torcato. 3. 65 alunos, matriculados nas EB2,3 das Taipas, Briteiros, Virgínia Moura, Abel Salazar, Vale de S. Torcato e Santos Simões, residem nos concelhos limítrofes de Póvoa de Lanhoso, Braga, Vizela, Famalicão, Fafe e Felgueiras. Face às irregularidades detetadas, foram promovidas reuniões com os diretores daquelas EB 2,3, de modo a serem adotadas medidas corretivas já a partir do próximo ano letivo. Assim, atentos ao estipulado na legislação que regulamenta os transportes escolares, e salvaguardando os interesses dos alunos, acordou-se que seria de, conforme quadro em anexo: suspender o transporte escolar aos alunos que residem a menos de 3Km de distância do estabelecimento de ensino; suspender, progressivamente (no final do ciclo de estudos), a concessão de transporte escolar aos alunos provenientes de





freguesias não pertencentes à área pedagógica dos estabelecimentos de ensino de frequência; suspender a atribuição de passe escolar aos alunos que residem nos concelhos limítrofes de Guimarães. Acordou-se ainda: dar continuidade à atribuição de transporte escolar aos alunos que residam a mais de 3 Km de distância dos estabelecimentos de ensino, nos casos em que os trajetos a percorrer não reúnam condições de acessibilidade; enviar ao Município, no início de cada ano letivo, a lista nominal dos alunos transportados por anos de escolaridade, com indicação da residência e local de embarque; informar os serviços de eventuais alterações no decurso do ano lectivo, que se prendam com questões de mudança de residência ou encaminhamento de situações pela CPCJ e Tribunal. Perante o exposto, e de modo a dar resposta às solicitações dos agrupamentos de escolas, no sentido de serem formalizados acordos de colaboração, em que estejam previstos os termos e condições de requisição dos transportes escolares pelas EB2,3, conforme recomendação da Inspeção Geral da Educação, propõe-se, a exemplo do que tem sido prática do Município noutras matérias da área da Educação, a celebração de um protocolo, conforme minuta em anexo. À consideração superior. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO -  
CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Abação solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos do JI de Lacete, no dia 3 de Maio, ao Museu Martins Sarmiento. Assim, Considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e por não

haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho a 17 de abril de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO NÚCLEO ESCOLAR DE INFANTAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A APNEI - Associação de Pais do Núcleo Escolar de Infantas solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças da Escola de Infantas, nos dias 4, 18 e 25 de Julho à Citânia de Briteiros. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho a 10-04-2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a reunião de Câmara o pedido de apoio para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Pevidém solicitou, a colaboração, do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 15, 22, 23 e 24 Maio ao Museu Alberto Sampaio. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho 06-04-2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a



atribuição deste tipo de apoios, remete-se a reunião de Câmara o pedido de apoio para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – APOIO À ASSOCIAÇÃO “MUNDO DA LUA” –**

Presente a seguinte proposta: “A Associação “Mundo da Lua” é uma IPSS com sede na Rua Paulo VI, freguesia de Urgezes, inscrita na base de dados do RMIS com o nº 508529280/12, que tem em funcionamento parcial uma Creche e Pré-Escolar. O projeto apresentado pretende vir a englobar 33 crianças na valência Creche e 25 na valência Pré-Escolar. Na reunião da Câmara Municipal de 4 de Fevereiro de 2010 foi aprovado um apoio de €20.000,00 (vinte mil euros), montante que foi pago após autos de medição do Departamento de Obras Municipais de 12 de Abril e 22 de Setembro de 2010. A Associação veio solicitar, em audiência concedida no passado dia 9 de Fevereiro, novo apoio por razões expostas no memorando anexo. Considerando o interesse social do projeto, de acordo com parecer da Divisão de Ação Social, e atendendo a que os seus utentes estão desde já a pagar as suas mensalidades, de acordo com o seu escalão de rendimentos, ainda antes da celebração do acordo de cooperação com a Segurança Social, condição fundamental para a sustentabilidade deste projeto, proponho que seja concedido um novo apoio de €20.000,00 (vinte mil euros), a pagar mediante novos autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo da alínea b) do nº1 do artigo 5º do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições de Solidariedade Social”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO VENCEDORES DO CANCRO UNIDOS PELA VIDA – RATIFICAÇÃO** – Presente, para ratificação, a seguinte proposta: “Proponho a ratificação do despacho que autorizou a prestação de apoio à sessão de apresentação da Associação Vencedores do Cancro Unidos pela Vida, traduzido na cedência de estrados e cadeiras, seu transporte, montagem e desmontagem. A prestação deste apoio implicou a realização de trabalho extraordinário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE SERZEDO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, em colaboração com o Corpo Nacional de Escutas, Grupo Cultural e Desportivo de Serzedo, Associação de Pais da EB1 de Serzedo e um grupo informal de cidadãos de Serzedo, vai promover o XIX Prémio de Atletismo de Serzedo no próximo dia 1 de maio, prova que contará com cerca de 350 atletas. A organização solicitou o habitual apoio municipal com a oferta dos troféus a atribuir aos vencedores dos vários escalões em competição. Considerando o interesse na dinamização da atividade desportiva e a sua descentralização, proponho a oferta de três troféus, cujos encargos de aquisição orçaram em €105,00 (cento e cinco euros), ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – PROPOSTA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA A ÉTICA DESPORTIVA, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E O INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP** – Presente



a seguinte proposta: "A prática desportiva deve-se realizar em perfeita harmonia com os princípios da ética desportiva, sendo o mais importante no desporto os valores, as relações humanas, a inclusão social, a luta codificada, a igualdade de oportunidades, que transformam a prática desportiva num laboratório social. Desta forma, considerando todos os pressupostos apresentados no documento anexo e no âmbito das relações de cooperação institucional, na área do Desporto, entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, serve a presente proposta para implementar, através de um memorando de entendimento, uma promoção efetiva da Ética Desportiva, em diferentes eixos e ações. Assim, submete-se para deliberação o presente memorando de entendimento que visa servir de base para o estabelecimento de uma parceria entre o IPDJ, IP e a CMG para a promoção da Ética Desportiva nos eixos da Educação / Formação, Concursos, Campanhas / Informação / Divulgação, Publicações / Investigação / Plataformas de comunicação, Prática Desportiva / Eventos e/ou demais ações no âmbito de "Guimarães Cidade Europeia de Desporto 2013". O Memorando de Entendimento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – REDUÇÃO DO FUNDO DE MANEIO PARA DESPESAS COM TAXAS E EMOLUMENTOS DEVIDOS AOS CARTÓRIOS NOTARIAIS, CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL, PREDIAL E COMERCIAL, TRIBUNAIS E SERVIÇOS DE FINANÇAS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Em reunião realizada em 27 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal deliberou constituir fundos de maneo para ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas no ano de

2012, nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.910.1.11) e do nº 4 do artigo 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do artigo 2º do Regulamento Interno dos Fundos de Maneio. Conforme aprovado naquela reunião, foi constituído um fundo de maneio para a Divisão de Património Municipal, no valor de € 3.000,00 (três mil euros), para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 11/020225. Tal montante justificava-se face à interpretação que os Conservadores do Registo Predial de Guimarães faziam da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que suscitava dúvidas quanto à possibilidade de manutenção dos notários privativos das câmaras municipais, e que obrigou à interrupção do exercício de funções notariais por parte destes, com recurso a notários privados para celebração de escrituras em que era outorgante o Município de Guimarães e à consequente assunção do pagamento dos respetivos emolumentos notariais. Entretanto, o Município recorreu ao Tribunal da recusa de um registo por parte de uma Conservatória do Registo Predial de Guimarães, processo que já se encontra findo e no qual o Conservador que recusou o registo reparou a decisão proferida e aceitou que a Autarquia passasse a registar as escrituras realizadas no notariado privativo desta Câmara Municipal. Encontrando-se a questão ultrapassada, e estando já o notariado privativo da Câmara Municipal de Guimarães a praticar todos os atos notariais, propomos a redução do fundo de maneio para o montante de **€1.500,00** (mil e quinhentos euros). Submete-se, também à consideração superior que seja acrescentado no conjunto das despesas a realizar por conta do fundo de maneio os pagamentos a efetuar aos Serviços



de Finanças em processos de discriminação de imóveis solicitados pelo Município, atendendo a que, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 68º do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), ficam a cargo do sujeito passivo as despesas da avaliação feita a seu pedido. À consideração superior".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**